ANC 88
Pasta Jan/Maio 86
011

Pela participação do leitor

AUDÁLIO DANTAS

EM TERMOS

Para os jornalistas, a regulamentação profissional é uma conquista que determinou e continua a determinar inúmeras outras conquistas. Para a sociedade, significa algo ainda mais importante: ela é a garantia de que quem procura e prepara a notícia é um profissional credenciado e consciente de suas responsabilidades e deveres.

Não se pode, no entanto, pretender que a regulamentação impeça o acesso de não jornalistas aos meios de comunicação social. Isto seria antidemocrático e contrário à concepção do jornal (impresso ou eletrônico) como instrumento de formação da opinião pública, de que nenhuma sociedade moderna prescinde. A própria regulamentação —que deve ser aperfeiçoada— prevê a figura do colaborador— aquele que, sem vínculo de emprego, eventualmente produz matérias, em função de sua especialidade.

Não apenas o intelectual, o cientista ou o político devem ter espaço nos jornais. Também o leitor precisa falar, manifestar-se sobre os fatos em geral e a respeito dos meios de comunicação. Geralmente, a ele é reservado pouco ou nenhum espaço. Esse espaço deve aumentar, e deve acabar o discutível privilégio da redação de sempre ter a última palavra quando o leitor critica a informação que recebe.

Sem esquecer que por trás deste assunto se escondem vaidades feridas, preconceitos e interesses comerciais, é fácil refutar as razões dos que se colocam contra a regulamentação da atividade dos jornalistas. Eles dizem, basicamente, que o verdadeiro jornalismo não se aprende em faculdades de Comunicação, pois depende de "talento"; que essas faculdades primam pelo baixo nível de ensino e que revisores, repórteres, redatores e editores não podem substituir a sociedade numa de suas expressões principais.

Realmente, os jornalistas não podem substituir a sociedade. Nem sociólogos, advogados, comandantes de navio ou donas de casa podem substituir pessoas treinadas para elaborar a informação de interesse da sociedade, que têm conhecimentos peculiares ao trabalho que realizam, responsabilidades e preocupações éticas específicas e necessárias no trato de cada notícia.

Quanto aos outros argumentos: todo bom profissional precisa ter talento. Os médicos, engenheiros e músicos, como os jornalistas, precisam de talento, que pode aperfeiçoar-se na escola. É verdade que há deficiência no ensino de jornalismo, mas o problema não se limita às faculdades de Comunicação. Atinge todo o sistema educacional brasileiro.

Confundir os papéis profissionais seria um erro. Erro que comete o jornalista que invade seara alheia sem credencial para isso. E erram, sobretudo, os veículos de comunicação quando pretendem colocar-se como donos da verdade (arrogância muito frequente) ou não investem na especialização e na reciclagem de seus profissionais. São equívocos herdados da época —aliás anterior à regulamentação— em que o jornalismo era visto por muitos como campo ideal para aventureiros e diletantes.

A Federação Nacional dos Jornalistas e os diversos encontros e conferências nacionais da categoria têm insistido na necessidade de discussão dos limites entre a função de jornalista e a de colaborador, não com o sentido de excluir quem, não sendo jornalista, publica artigos e ensaios nos jornais. O que se reclama é a fixação de critérios para a atividade do colaborador, que não pode simplesmente ocupar o lugar dos profissionais, e cujo trabalho deve ser remunerado com justiça.

Os jornalistas insistem na necessidade de democratização interna dos veículos, observando que a informação não deve ser posta a serviço de grupos, sejam políticos ou econômicos. É preciso que se criem instrumentos eficazes de controle da sociedade sobre a atuação dos órgãos de imprensa. Não são reivindicações corporativistas. Elas objetivam, antes de mais nada, transformar o jornalismo em uma ferramenta útil à reconstrução da democracia brasileira e efetivamente a serviço de nosso povo.

AUDÁLIO DANTAS, 56, é presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, presidente do Conselho Curador da Fundação "Cásper Líbero" e diretor-superintendente da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo S/A.